



ACÓRDÃO Nº330/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 11327/2020.

2- Assunto: Embargos de Declaração

3- Embargante: Etã Pereira Castelo Branco

4- Advogado: Alcemir Pessoa Figliuolo Neto - OAB/AM nº 13.248, Ayrton de Sena Gentil Neto - OAB/AM nº 12.521, Lucas Alberto de Alencar Brandão OAB/AM nº 12.555 e Luciano Araújo Tavares OAB/AM nº 12.512.

5- Unidade Técnica: DICAMI.

6- Procurador de Contas Oficiante do Processo: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida.

7- Relator: Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Embargos de Declaração.

*Não Conhecimento. Ciência. Determinação.
Arquivamento.*

8- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelo art. 11, III, alínea “f”, item 1, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento oral do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

8.1. Não conhecer dos Embargos de Declaração opostos pelo **Sr. Etã Pereira Castelo Branco** - Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, **considerando a sua manifesta intempestividade**, mantendo-se incólume o inteiro teor do **ACÓRDÃO N. 1.611/2022 -TCE-TRIBUNAL PLENO** (fls. 1162/1164);

8.2. Dar ciência ao Embargante **Sr. Etã Pereira Castelo Branco**, Presidente da Câmara Municipal de Benjamin Constant, no pessoal de seus representantes legais (Advogado, **Sr. Lucas Alberto de Alencar Brandão OAB/AM 12.555**), comunicando-lhe quanto ao teor do *decisum*;

8.3. Determinar o cumprimento do teor do **ACÓRDÃO N. 1.611/2022 -TCE-TRIBUNAL PLENO** (fls. 1162/1164), proferido nos autos da Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Benjamin Constant, exarado nos autos do **PROCESSO TCE N. 11327/2020**;

